



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 133/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 17 dias do mês de abril de 2013, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 131/XII e 132/XII, relativas às reuniões de 9 e 10 de abril de 2013
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição da Secretária de Estado do Tesouro sobre os contratos derivados das taxas de juro (*swaps*) em empresas públicas de transporte
3. Nova apreciação dos PJP n.º 230/XII/1.<sup>a</sup> (BE) – Sétima alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro), estabelecendo que a TMDP passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas, n.º 325/XII/2.<sup>a</sup> (PCP) – Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem, e n.º 359/XII/2.<sup>a</sup> (PSD-CDS-PP) – Procede à 7.<sup>a</sup> alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora neste domínio, alterando o barramento seletivo de comunicações relativo a serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagem
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Alteração à proposta COM(2012)496 da Comissão – REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 133/XII/ 2.ª SL

Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho [COM(2013)146].

Relator: Deputado Luís Leite Ramos (PSD)

5. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 128/XII/2.ª (GOV) – Estabelece o regime a que deve obedecer a implementação e utilização de sistemas de transportes inteligentes, transpondo a Diretiva n.º 2010/40/UE, de 7 de julho, que estabelece um quadro para a implementação de sistemas de transporte inteligentes no transporte rodoviário, inclusive nas interfaces com outros modos de transporte

6. Nomeação de Deputado para elaboração do parecer sobre o relatório do Governo "Portugal na União Europeia – 2012"

Parecer cabe ao CDS-PP

7. Petição n.º 252/XII/2.ª - Não ao mega terminal de contentores na Trafaria

Apreciação e votação da nota de admissibilidade

Nomeação de relator (cabe ao PSD)

8. Outros assuntos

---

#### **1. Apreciação e votação das atas n.ºs 131/XII e 132/XII, relativas às reuniões de 9 e 10 de abril de 2013**

Submetidas à votação, foram as atas n.ºs 131/XII/2.ª e 132/XII/2.ª, relativas às reuniões de 9 e 10 de abril de 2013, aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição da Secretária de Estado do Tesouro sobre os contratos derivados das taxas de juro (*swaps*) em empresas públicas de transporte**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 133/XII/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o requerimento, afirmando que a audição vem na sequência das questões colocadas ao Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações na audição do dia 9 de abril. Considerou importante a realização da audição, para se fazer o ponto de situação do que está a acontecer, das medidas que estão a ser tomadas em relação a este assunto, que envolve milhares de milhões de euros.

Pelo Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) foi afirmado que, sendo uma matéria que merece preocupação, está a ser acompanhada de modo muito próximo pelo Ministério das Finanças e está em curso um inquérito às decisões tomadas pelas administrações das empresas do sector empresarial do Estado nesta área, pelo que o requerimento é extemporâneo. Se for apresentado um requerimento para ouvir as administrações dessas empresas, depois do processo de inquérito findo, o mesmo poderá merecer uma análise diferente.

Por sua vez, a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) informou que o seu grupo parlamentar votaria a favor do requerimento, porque, em regra, não inviabiliza requerimentos para ouvir membros do Governo. Quanto à questão de fundo que subjaz ao requerimento, entende que o assunto é da área da 5.ª Comissão, por um lado porque se trata de competências da tutela financeira e não da tutela sectorial e, por outro, porque se trata de questões de política de crédito que extravasam o sector dos transportes.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) pronunciou-se a favor do requerimento, por entender que o mesmo permite a discussão do problema central do sector empresarial do Estado na área dos transportes, que é a questão das suas dívidas e dos juros a pagar. Defendeu que não pode haver reestruturação política no sector sem ter em conta esta questão. Discordou da oradora anterior, tendo defendido que a questão deve ser discutida na 6.ª Comissão.

Usou também da palavra o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) para reiterar os argumentos já aduzidos pelo Deputado Paulo Baptista Santos no sentido de que a



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 133/XII/ 2.ª SL

discussão deste assunto deve ser feita com as administrações das empresas e não com os responsáveis políticos.

Tornaram a usar da palavra os Senhores Deputados Ana Paula Vitorino (PS), para esclarecer que o que estava em causa não era um debate sobre o financiamento das empresas de transportes públicos ou a resolução do problema do seu passivo, mas sim contratos específicos para garantir o financiamento, são questões estritamente financeiras; e Bruno Dias (PCP), para alertar para o facto de não estarmos perante uma proposta para falar sobre a política de financiamento das empresas de transportes mas sim perante uma situação específica que tem a ver com este tipo de contratos que só merece este destaque pela dimensão que assumiu neste sector e que, sendo verdade que a situação não é exclusiva do sector, o impacto que tem na atual situação torna-se alarmante tendo em conta a situação das empresas, concluindo que este é o momento certo para discutir este assunto e o seu grupo parlamentar só pretende contribuir para que o assunto seja discutido e a situação resolvida.

Submetido a votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

**3. Nova apreciação dos P JL n.º 230/XII/1.ª (BE) – Sétima alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro), estabelecendo que a TMDP passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas, n.º 325/XII/2.ª (PCP) – Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem, e n.º 359/XII/2.ª (PSD-CDS-PP) – Procede à 7.ª alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora neste domínio, alterando o barramento seletivo de comunicações relativo a serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagem**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 133/XII/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião seguinte, para que entretanto chegue a informação solicitada à ANACOM, proposta que mereceu a concordância dos restantes grupos parlamentares.

**4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Alteração à proposta COM(2012)496 da Comissão – REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho [COM(2013)146].**

**Relator: Deputado Luís Leite Ramos (PSD)**

Pelo Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) foi apresentado sucintamente o parecer sobre a iniciativa legislativa europeia em epígrafe.

Submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

**5. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 128/XII/2.ª (GOV) – Estabelece o regime a que deve obedecer a implementação e utilização de sistemas de transportes inteligentes, transpondo a Diretiva n.º 2010/40/UE, de 7 de julho, que estabelece um quadro para a implementação de sistemas de transporte inteligentes no transporte rodoviário, inclusive nas interfaces com outros modos de transporte**



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 133/XII/ 2.<sup>a</sup> SL**

A redação final da iniciativa em causa foi fixada, sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões de redação apresentadas pelo serviço competente.

#### **6. Nomeação de Deputado para elaboração do parecer sobre o relatório do Governo "Portugal na União Europeia – 2012"**

##### **Parecer cabe ao CDS-PP**

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP)

#### **7. Petição n.º 252/XII/2.<sup>a</sup> - Não ao mega terminal de contentores na Trafaria**

##### **Apreciação e votação da nota de admissibilidade**

##### **Nomeação de relator (cabe ao PSD)**

Submetida à votação, foi a nota de admissibilidade aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV. Foi nomeado relator o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD).

#### **8. Outros assuntos**

O Senhor Presidente deu conta de ter entrado um requerimento do PS para audição do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional sobre as estratégias da fase final do QREN e as prioridades do novo quadro comunitário, tendo o PS solicitado que o mesmo fosse apreciado na reunião seguinte. Lembrou ainda que o Grupo de Trabalho Segurança Rodoviária estava a agendar as audições e audiências solicitadas a propósito das iniciativas que alteram o Código da Estrada. Informou ainda que tinham baixado à Comissão, para eventual elaboração de texto único os Projetos de Resolução n.ºs 618/XII/2.<sup>a</sup>, 645/XII/2.<sup>a</sup>, 654/XII/2.<sup>a</sup> e 660/XII/2.<sup>a</sup>, todos sobre as empresas de diversão itinerante, e os Projetos de Resolução n.ºs 573/XII/2.<sup>a</sup>, 509/XII/2.<sup>a</sup>, 512/XII/2.<sup>a</sup>, 571/XII/2.<sup>a</sup>, 515/XII/2.<sup>a</sup> e 516/XII/2.<sup>a</sup>, todos sobre a estabilização das encostas de Santarém, sendo necessário, na próxima reunião da Comissão haver uma decisão sobre a existência ou não do referido texto único.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 133/XII/ 2.ª SL**

O Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) usou da palavra para solicitar celeridade no agendamento das audições sobre a economia paralela.

Finalmente, o Senhor Presidente lembrou que ainda não tinham sido apresentados os relatórios das deslocações da Comissão ao distrito de Viana do Castelo e ao Alentejo, solicitando que os mesmos fossem apresentados o mais brevemente possível.

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de abril de 2013.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAMPOS FERREIRA)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 133/XII/ 2.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Ana Drago  
Ana Paula Vitorino  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Duarte Cordeiro  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
João Paulo Viegas  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Paulo Batista Santos  
Paulo Ribeiro de Campos  
Rui Paulo Figueiredo  
Fernando Virgílio Macedo  
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira  
Heloísa Apolónia  
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: